

Educação Inclusiva: Lição para a nossa pátria educadora



É neste cenário de exclusão que a nossa presidente **Dilma Rousseff** iniciou seu mandato sob o lema “**Brasil, pátria educadora**”, reduzindo cerca de **7 bilhões** do custo anual da educação.

As notícias não são boas: apenas 6% dos professores que atuam na educação básica têm formação continuada específica em educação especial.

Segundo levantamento com base de dados dos que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola, cerca de 140 mil crianças e jovens (que tem até 18 anos) estão fora da escola devido à deficiência, transtornos de desenvolvimento, autismo e inclusive superdotação .

Ou seja: a falta de estrutura e profissionais capacitados afastam toda sorte de diversidade humana da sala de aula. Isso sem falar de estudantes que não recebem o benefício e por isso não foram contabilizadas no estudo.

Dá para mudar? Apesar de parecer desanimador, dá sim!

Estamos trabalhando na **Lei Brasileira da Inclusão (LBI)**, projeto do qual sou relatora e que pretendemos colocar em votação no início deste ano legislativo. O texto prevê mudanças importantes como:

- oferta de auxiliares de vida escolar aos educandos com deficiência
- detenção de 1 a 3 anos, além de multa, para quem recusar, suspender ou cobrar valores adicionais de um aluno com deficiência – pratica que hoje ocorre indiscriminadamente.
- reserva de no mínimo 10% de vagas para esses estudantes em cursos de educação profissional
- cursos de graduação e pós-graduação
- obrigação das universidades oferecerem conteúdos relacionadas à pessoa com deficiência em seus respectivos campos de conhecimento, como na arquitetura e medicina.

Não basta acolher : tem que incluir – aceitar apenas a matrícula de um aluno com deficiência não lhe garante bom aproveitamento ou chances de desenvolvimento. É preciso oferecer também o ferramental necessário para que possa explorar seu potencial.

Recursos para ensinar braile e Libras para as crianças com deficiência visual e auditiva, além de materiais especializados para estudantes com paralisia cerebral e deficiência intelectual.

Em alguns casos mais severos também se faz necessário o auxiliar de vida escolar para ajudar o aluno a desempenhar suas atividades no ambiente estudantil, como ir ao banheiro, se alimentar e participar do recreio.

Sempre em frente – temos outros desafios na área que vão muito além do investimento em estrutura física das escolas, como :

– a inclusão dos alunos com autismo, que sequer eram considerados pessoas com deficiência antes da sanção da **Lei Berenice Piana**,

– o atendimento aos estudantes com transtornos e distúrbios de aprendizagem, como a dislexia e o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

Lei: com apoio funciona mais e melhor – é isso aí. Esses avanços só se darão de fato depois de abraçados pra valer pela sociedade. A educação é, de todas as políticas públicas a mais transformadora.

Mas, para que ela aconteça é preciso impetrar um olhar coletivo e solidário para cada realidade. Todos os exemplos bem sucedidos de educação só aconteceram pela parceria entre Estado, escola e comunidade.

A própria LBI é um exemplo de projeto construído com a plena participação da sociedade civil.

Aprenda a cobrar – e não apenas os seus direitos, mas o dos outros – porque não? Cobrar a escola para começar, bem é tão complicado. E sempre ajuda cobrar seu representante no Congresso. Mas, aprenda a cobrar a si mesmo. Dá pra fazer um pouquinho mais? Em geral dá. E o resultado é um benefício retumbante!

Quando todos fazem a lição de casa, a inclusão se torna um recreio – e todo mundo cresce.